

Os alicerces metateóricos da teoria social de John B. Thompson

Felipe Tavares Paes Lopes
Esdras Guerreiro Vasconcellos

*Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil*

RESUMO

Neste trabalho, objetivamos discutir os pressupostos metateóricos que embasam a teoria social de John B. Thompson. Para tanto, estruturamos o trabalho em três partes. Num primeiro momento, apresentamos e analisamos os pressupostos dessa teoria que dizem respeito à filosofia da ciência, ou seja, aqueles que se referem à ontologia, à epistemologia, à natureza humana e à metodologia. Num segundo momento, abordamos aqueles referentes à teoria sobre a sociedade, isto é, aqueles que se referem à natureza do mundo social. Num terceiro e último momento, analisamos a forma como a teoria social em questão amarra esses dois conjuntos de pressupostos e as implicações éticas decorrentes dessa amarra.

Palavras-chave: Metateoria; teoria social; John B. Thompson.

ABSTRACT

The meta-theoretical basis of John B. Thompson's social theory

In this essay, we aimed to discuss the meta-theoretical conjectures in which John B. Thompson's social theory is based. To achieve this purpose, we divide this essay in three parts. In the first one, we presented and analyzed the conjectures proposed by this theory about science philosophy, or rather, the ones concerning its ontology, its epistemology, its human nature and its methodology. In the second part, we discussed the conjectures on society's theory, or rather, those concerning the nature of the social world. In the third part, we analyzed the way this social theory bonds these two groups of conjectures and the ethical consequences of this bounding.

Keywords: Meta-theory; social theory; John B. Thompson.

RESUMEN

Los presupuestos metateóricos de la teoría social de John B. Thompson

En este trabajo, objetivamos discutir los presupuestos meta teóricos que fundamentan a la teoría social de John B. Thompson. Para tanto, estructuramos el trabajo en tres partes. En un primer momento, presentamos y analizamos los presupuestos de esa teoría que se refieren a la filosofía de la ciencia, o sea, aquellos que se refieren a la ontología, a la epistemología, a la naturaleza humana y a la metodología. En un segundo momento, abordamos aquellos referentes a la teoría sobre la sociedad, es decir, aquellos que se refieren a la naturaleza del mundo social. En un tercer y último momento, analizamos la forma cómo la teoría social bajo investigación une esos dos conjuntos de presupuestos y las implicaciones éticas de esa unión.

Palabras clave: Meta teoría; teoría social; John B. Thompson.

INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos noventa, a relação entre ideologia e mídia, bem como as consequenciais dessa relação para a vida social e política do mundo moderno, vêm sendo sistematicamente analisadas e avaliadas por John B. Thompson. Para o professor e pesquisador

da Universidade de Oxford, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa tem transformado, de modo profundo e irreversível, a produção, reprodução e circulação das formas simbólicas na contemporaneidade. Esta transformação vem, segundo ele, alterando significativamente a constituição espacial e temporal da vida social, criando novas formas de

ação e interação, bem como novos modos de exercício do poder, que não estão mais necessariamente ligados ao compartilhamento de um local comum (Thompson, 1995; 1998).

A fim de compreender esta nova realidade, Thompson elabora e desenvolve uma teoria crítica que vem se destacando como poderoso instrumento científico para análise das formas simbólicas, de um modo geral, e da ideologia, em particular. Sua teoria dialoga com inúmeros autores, como Habermas e Bourdieu, e serve de base analítica para diversas pesquisas em psicologia social e outros campos do conhecimento. Diante disso, parece ser oportuno o desenvolvimento de novas reflexões que tomem esse modelo teórico como objeto de investigação. Neste trabalho, optamos por enfatizar os pressupostos meta-teóricos que embasam esse modelo, entendendo por pressupostos metateóricos “[...] tudo aquilo que transcende a – ou mais exatamente, é pressuposto pela – teoria enquanto análise substantiva ou concreta de um determinado aspecto da realidade” (Torres, 1997, p. 33).

Uma das características mais marcantes dos debates contemporâneos entre perspectivas teóricas é que só raramente o material empírico é condição suficiente para a opção entre uma ou outra perspectiva (Torres, 1997). Isso se deve à idéia, desenvolvida por Popper e outros filósofos, de que toda a observação, seja ela científica ou não, está imersa em teorias, expectativas, pontos de vista, valores etc. (Alves-Mazzoti e Gewandszajer, 1998). Consequentemente, o material empírico não pode e não deve ser lido como um dado bruto da realidade, como se possuísse uma existência inocente no mundo social. Pelo contrário, deve ser entendido como uma construção do(a) pesquisador(a),¹ recebendo significação apenas dentro de um determinado sistema teórico. Uma das principais consequências disto é que, de acordo com Torres (1997), a opção por uma teoria passa a se dar “na base de um conjunto de critérios que só a metateoria pode revelar e tornar acessível à análise crítica” (p. 33). Diante disso, parece ser imprescindível que todo pesquisador domine o seu quadro metateórico de referência. Nas palavras de Guareschi e colaboradores (2003, p. 79), “[...] todo pesquisador tem de ter consciência dos pressupostos que guiam suas práticas. [Afinal], como diz Marková, nossa inocência em relação aos pressupostos existentes na pesquisa científica se associa a vários perigos potenciais”.

Estes pressupostos podem ser categorizados de diversos modos. Tradicionalmente, a filosofia os têm agrupado em quatro campos distintos: o ontológico, o epistemológico, o ético e o estético. Seguindo as análises de Burrell e Morgan (1979), consideramos conveniente adotar um quadro de referência alternativo,

que compreende que toda teoria social está embasada em uma teoria sobre a sociedade e em uma filosofia da ciência. A primeira refere-se aos pressupostos da natureza do mundo social. Já a segunda é concebida em termos de quatro conjuntos de pressupostos referentes à ontologia, à epistemologia, à natureza humana e à metodologia.

A adoção desse quadro de referência justifica-se uma vez que esses pressupostos são, frequente e equivocadamente, fundidos pela literatura tradicional. Inclui-se, por exemplo, a metodologia como parte integrante da epistemologia, sendo que, como veremos melhor adiante, a despeito de a primeira ser, em grande medida, uma decorrência da última, existe uma diferença substancial entre a relação que o investigador estabelece com o objeto conhecido (epistemologia) e o modo como ele constrói o conhecimento (metodologia). Sendo assim, consideramos vantajoso adotar a proposta de Burrell e Morgan pois ela considera a variação entre esses dois conjuntos pressupostos, bem como aquelas existentes entre os outros conjuntos de pressupostos destacados acima.

Feito este esclarecimento inicial, apresentamos agora a estrutura do trabalho: uma estrutura em três partes. Num primeiro momento, apresentamos e analisamos os pressupostos da teoria social desenvolvida por Thompson que dizem respeito à filosofia da ciência. Num segundo momento, abordamos aqueles referentes à teoria sobre a sociedade. Num terceiro e último momento, analisamos a forma como a teoria social em questão amarra esses dois conjuntos de pressupostos e as implicações éticas decorrentes dessa amarra.

OS PRESSUPOSTOS SOBRE A NATUREZA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS QUE EMBASAM A TEORIA SOCIAL DE THOMPSON

De acordo com Burrell e Morgan (1979), podemos agrupar os quatro pressupostos – ontológicos, epistemológicos, acerca da natureza humana e metodológicos – que dizem respeito à natureza das ciências sociais em duas perspectivas amplas e, de certa forma, polarizadas, como ilustra a Tabela 1. De um lado, temos a perspectiva objetivista, que parte de uma ontologia realista, de uma epistemologia positivista, de uma natureza humana determinista e de uma metodologia nomotética. De outro, temos a perspectiva subjetivista, que parte de uma ontologia nominalista, de uma epistemologia antipositivista, de uma natureza humana voluntarista e de uma metodologia ideográfica. Como veremos a seguir, a teoria social de Thompson se enquadra nessa segunda perspectiva.

TABELA 1
Pressupostos sobre a natureza das ciências sociais

<i>Pressupostos metateóricos</i>	<i>A perspectiva objetivista</i>	<i>A perspectiva subjetivista</i>
Ontológicos	Concepção realista	Concepção nominalista
Epistemológicos	Concepção positivista	Concepção antipositivista
De natureza humana	Concepção determinista	Concepção voluntarista
Metodológico	Concepção nomotética	Concepção ideográfica

Os pressupostos ontológicos que embasam a teoria de Thompson

Os pressupostos ontológicos são aqueles que dizem respeito à natureza do “cognoscível”, isto é, à natureza do próprio fenômeno sob investigação. Assim, a questão ontológica básica é se existe uma realidade exterior aos agentes sociais, dirigida por leis naturais e imutáveis, ou se a realidade tem uma natureza subjetiva – ou ainda, intersubjetiva – existindo apenas para um sujeito histórica e socialmente situado (Burrell e Morgan, 1979; Guba, 1990). A posição nominalista gira em torno dessa segunda posição. Por esta razão, para ela, o conhecimento não consegue dar conta de toda a realidade, mas, pelo contrário, existe uma distância que vai dos conceitos ao mundo objetivo (Torres, 1997).

Sendo assim, podemos dizer que, na perspectiva de um nominalista, não cabe a um pesquisador a missão de desvelar ou revelar verdades supostamente ocultas no mundo social, mas apenas construir interpretações que “ofereçam um sentido” a ele – elaborando, desenvolvendo e aplicando conceitos que facultam descrevê-lo e analisá-lo. Assim, como não há uma verdade última a ser descoberta, há apenas interpretações que podem ser feitas a partir de determinados referenciais, podemos dizer que o nominalismo nos leva, em larga medida, ao relativismo. Afinal, como diria Guba (1990), a realidade só pode ser vista através dos óculos de uma teoria e dos valores implicados na mesma.

Em “Ideologia e Cultura Moderna”, Thompson (1995) nos indica sua opção pelo nominalismo ao conceber um papel central ao processo de interpretação. Afinal, interpretar é abrir-se para discussão, isto é, para outros pontos de vista. Nas palavras de Spink e Frezza (2000), para uma perspectiva que coloca a realidade como múltipla, sendo só apreendida “[...] a partir de nossas categorias, convenções, práticas, linguagem: enfim, de nossos processos de objetivação” (p. 28).

Embora não compartilhe da crença realista ontológica básica de que existe uma “verdadeira” natureza da realidade a ser descoberta pelo pesquisador – sendo levado, então, a sustentar que toda afirmação sobre ela é arriscada, cheia de conflitos e aberta à discussão –

Thompson não cai num relativismo radical, isto é, no “vale tudo” científico de Feyerabend, no qual a crítica a uma teoria só pode ser realizada através da retórica, da propaganda ou com ajuda de outras teorias que estão em competição (Alves-Mazzoti e Gewandszajder, 1998). Para Thompson, uma interpretação, ainda que sempre aberta à discussão, pode ser provada.

No entanto, isto não significa que seja possível encontrar uma verdade absoluta: universal e atemporal. Pelo contrário, provar significa, de acordo com ele, “[...] apresentar razões, fundamentações, evidências, elucidações, [que dependerão] de uma variedade de fatores, tais como o campo geral de investigação e as circunstanciais específicas da afirmativa” (Thompson, 1995, p. 411). Por esta razão, para ele, existem, certamente, inúmeras maneiras de procurar provar nossos argumentos e pontos de vista.

Os pressupostos epistemológicos que embasam a teoria social de Thompson

Os pressupostos epistemológicos são aqueles que dizem respeito à natureza da relação entre conhecedor (o investigador) e o “cognoscível” (objeto do conhecimento). Assim, a questão epistemológica básica é a de como podemos conhecer o mundo e compartilhar esse conhecimento com outras pessoas. A posição antipositivista² defende a ideia de que o mundo social só pode ser compreendido a partir da perspectiva de um observador e, por esta razão, que os valores medeiam necessariamente as investigações científicas (Burrell e Morgan, 1979; Guba, 1990).

Esta posição está intimamente ligada à posição nominalista. Afinal, ao rejeitar a ideia de que existe uma realidade exterior dirigida por leis naturais e imutáveis, o nominalismo se afasta necessariamente de uma perspectiva epistemológica positivista, que busca perguntar diretamente à realidade sobre essas leis. Se não há leis naturais e imutáveis não faz sentido, evidentemente, nos perguntarmos por elas. Não faz sentido procurarmos explicar e predizer o que ocorre no mundo social através da sua busca. Da mesma forma, se a realidade só pode ser compreendida subjetiva, ou intersubjetivamente, não faz sentido mantermos a posição de que o observador pode e deve manter

uma posição neutra e não-interativa. O nominalismo, assim, só pode compactuar com uma epistemologia antipositivista, que funde investigador e investigado numa espécie de entidade única – compreendendo ambos como construções sócio-históricas que precisam ser desnaturalizadas.

Diante disso, podemos dizer que essa perspectiva supera, de alguma forma, a dicotomia sujeito-objeto. Afinal, para ela, “[...] não há um sujeito em si, que conhece por conta própria [...] como também não existe o objeto em si, isolado de tudo, existente por si mesmo; há um objeto conhecido por um sujeito” (Guareschi et al. 2003, p. 80). Por outras palavras, não há um objeto naturalmente dado, que independe de nós e que, se ficarmos atrás de uma densa parede de sentido único, podemos acessá-lo “em si mesmo” (Guba, 1990). Mas sim um objeto que, como diriam Bourdieu, Chamboredon e Passeroan (2005, p. 48), é “definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados entre si pela questão que lhes é formulada”.

Ao partir de uma ontologia nominalista, Thompson concebe o objeto do conhecimento dessa forma. Com isso, coloca, conseqüentemente, a atividade científica como dependente de nossas categorias e dos valores implicados nelas – filiando-se, assim, a uma postura epistemológica antipositivista. Ao filiar-se a essa postura, valoriza o processo de interpretação. Mais concretamente, valoriza o entendimento das intenções e das significações das formas simbólicas que busca analisar, ao invés de buscar explicações causais para elas.

Ao subvalorizar esse modo de explicação causal típico das ciências naturais, afasta-se definitivamente de uma das principais crenças positivistas: a de que os princípios explicativos das ciências naturais e sociais são iguais (Torres, 1997). Pelo contrário, para ele, a constelação de problemas das investigações sociais é bastante diferente da que caracteriza as ciências naturais, uma vez que o objeto das primeiras é constituído por um território “pré-interpretado”. Nas palavras do autor,

O mundo sócio-histórico não é apenas um campo objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor [grifo do autor] (Thompson, 1995, p. 358).

Por esta razão, para ele, os analistas sociais, ao interpretarem determinada forma simbólica, sempre oferecem uma interpretação sobre outra interpretação

já presente; e não sobre um objeto “puro” e “natural”. Isto é, oferecem uma re-interpretação de um campo já pré-interpretado. Ao fazerem isto, os analistas sociais colocam, então, seus resultados numa relação de apropriação potencial pelos agentes que constituem o mundo social e, mais especificamente, esse campo já pré-interpretado. Assim, seus resultados podem, em princípio, e muitas vezes o são na prática, ser usados por esses agentes para transformar a si próprios e ao mundo ao seu redor. Já os resultados das pesquisas naturais, embora evidentemente possam transformar o mundo – sobretudo através de desenvolvimentos tecnológicos – são, de acordo com Thompson (1995), fundamentalmente empregados pelos cientistas e tecnólogos que os utilizam e não pelos agentes que constituem o campo sujeito-objeto da pesquisa.

Os pressupostos acerca da natureza humana que embasam a teoria social de Thompson

Os pressupostos acerca da natureza humana dizem respeito ao modelo mais adequado de ser humano. A questão básica aqui é se somos determinados pelos nossos genes e/ou pelo ambiente em que vivemos ou se somos autônomos, sujeitos apenas ao nosso livre-arbítrio. Entre essas duas posições há, certamente, uma série de meio-termos, de autores que se propõem a analisar a atividade humana a partir tanto dos seus aspectos situacionais como voluntários. De qualquer forma, podemos dizer que aqueles que adotam uma perspectiva mais próxima à segunda posição podem ser denominados de voluntaristas.

O voluntarismo está ligado tanto à perspectiva nominalista como à antipositivista, uma vez que, ao não postularem a existência de leis naturais e imutáveis, essas perspectivas se afastam de uma explicação do tipo causa-efeito entre essas leis e a atividade humana. Se não podemos postular regularidades e estruturas subjacentes ao mundo social, então também não podemos, a partir delas, deduzir o comportamento humano. Não podemos, como fez Durkheim a partir da concepção de “fato social”, analisar essas regularidades e estruturas como se elas tivessem um poder absoluto sobre os agentes sociais, ou seja, não podemos nos assentar numa perspectiva determinista de natureza humana.

Thompson critica com veemência o determinismo. Ao abordar o processo de recepção dos meios de comunicação de massa, contrapõe-se à ideia de que os receptores são espectadores passivos, que apenas absorvem as mensagens a que são expostos. Para ele, essa ideia não passa de um mito – o “mito do receptor passivo” – difundido, sobretudo, pelo pensamento dos primeiros teóricos da Escola de Frankfurt, em especial Horkheimer e Adorno.

Tais autores, segundo Thompson (1995), sobrestimam enormemente o grau de integração dos agentes sociais na ordem social existente. Afinal, sustentam a ideia de que somos cada vez mais dependentes de forças sociais e econômicas que estão fora do nosso alcance e que, conseqüentemente, estamos perdendo nossa capacidade de pensar criticamente e de querer lutar por uma ordem social alternativa. A indústria cultural desempenharia neste ponto um papel central ao legitimar o *status quo* e ao fornecer ídolos populares que nos facultariam vivenciar, ainda que vicariamente, uma individualidade que na prática nos é negada. Por outras palavras, ao nos absorver numa totalidade social, essa indústria não faria concessão à ideia tradicional de individualidade (Thompson, 1995).

Contra essa perspectiva, Thompson (1995) observa que essa nossa suposta integração à ordem social vigente, bem como essa nossa suposta perda de capacidade de reflexão crítica, são absolutamente discutíveis. Conseqüentemente, a ideia de que a recepção e o consumo dos produtos culturais serviriam apenas para reforçar a conformidade ao *status quo* seria demasiadamente simplista. Diante disso, assume uma perspectiva de receptor crítico, no qual o processo de apropriação de uma mensagem é visto como “[...] um processo ativo e potencialmente crítico, no qual as pessoas estão envolvidas num contínuo *esforço para entender*, um esforço que procura dar sentido às mensagens que recebem, responder a elas e partilhá-las com outros” (Thompson, 1995, p. 37 – grifo do autor).

Em “A mídia e a modernidade” (1998), Thompson sustenta, inclusive, que o desenvolvimento das sociedades modernas tornou o processo de formação do eu (self) mais reflexivo e aberto, uma vez que, com a ampliação do leque de materiais simbólicos disponível hoje em dia, as pessoas dependeriam cada vez mais dos próprios recursos para construir identidades coerentes para si mesmas. O caráter ativo e criativo do self não significa, no entanto, segundo ele, que este seja incondicionado, mas apenas que não somos simples joguete das forças e valores dominantes, espécie de esponja que deles tudo absorve indiscriminadamente.

Por outras palavras, podemos dizer que, para Thompson, o ser humano é, como diria Guareschi e colaboradores (2003, p. 79-80)

o resultado de milhões de relações que o vão construindo e, através das quais ele vai continuamente se transformando. Ele é um ser singular, sim, pois dentre os milhões de relações que ele estabelece, vai recortando parcelas específicas, diferenciadas, únicas. Não haverá, pois, cópias idênticas de dois seres humanos. Eles serão sempre singulares. Mas ao mesmo tempo sua subjetividade, seu conteúdo

único e específico, é o resultado dos milhões de relações que ele estabeleceu; ele é, até certo ponto, os outros. Sem os outros, ele não se constituiria.

Ou seja, para Thompson, somos uma manifestação única de uma totalidade. Totalidade que nos institui e que é instituída por nós. Assim, longe de sermos apenas simples produto do meio social em que vivemos; atuáramos sobre o mundo, participando concretamente de sua constituição e transformação.

Os pressupostos metodológicos que embasam a teoria social de Thompson

Os pressupostos metodológicos são aqueles que dizem respeito à forma como o conhecimento é construído. A questão metodológica básica é a de como devemos ir ao encontro do conhecimento (Guba, 1990). A resposta a essa questão está relacionada aos três pressupostos anteriores, afinal cada um deles possui implicações substanciais para o modo como a investigação é construída e desenvolvida, bem como para o modo de obtenção de conhecimento sobre o mundo social (Burrell e Morgan, 1979).

De acordo com Burrell e Morgan (1979), dos postulados nominalistas, antipositivistas e voluntaristas deriva-se uma postura metodológica ideográfica. Por conseguinte, essa postura, diferentemente do que apregoa os cânones da tradição científica objetivista, não almeja a predição e o controle, mas busca compreender o mundo social através de um conhecimento de primeira mão. Mais concretamente, através dos sentidos que os agentes sociais atribuem a si mesmos e ao mundo que os rodeiam. Sendo assim, podemos dizer que os dados possuem para a posição ideográfica um caráter mais “soft” do que “hard”.

Esta posição é, em larga medida, assumida pela tradição hermenêutica. Tradição oriunda dos debates literários da Grécia Clássica e desenvolvida e transformada milênios mais tarde por filósofos como Dilthey, Heidegger, Gadamer e Ricoeur (Thompson, 1995). Thompson é herdeiro dessa tradição. Entretanto, diferentemente de seus “pais fundadores”, procura ampliar seu enfoque metodológico a fim de contemplar as condições sócio-históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas que busca analisar – evitando, com isso, atribuir demasiada importância ao que Ricoeur denomina de “autonomia semântica do texto” (Thompson, 1995). Para tanto, formula sua “hermenêutica de profundidade” (HP), uma metodologia estruturada em três partes, “[...] que devem ser vistas não como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (Thompson, 1995, p. 365) (Figura 1).

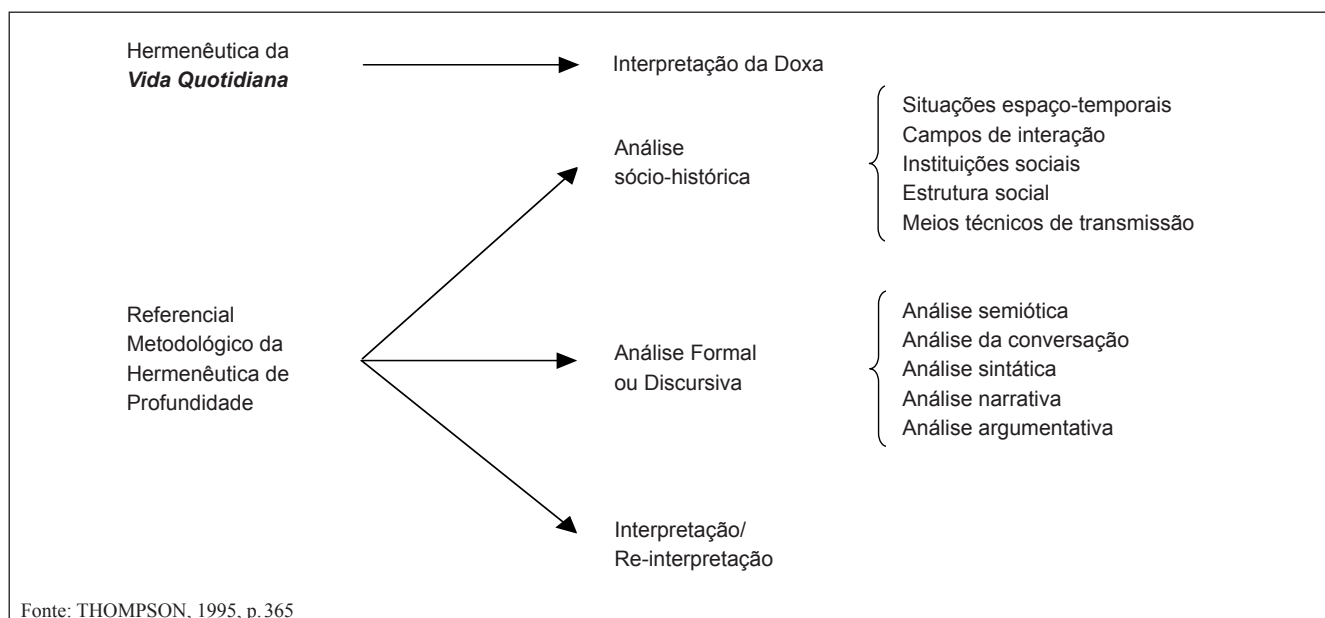


Figura 1 – Formas de Investigação Hermenêutica

A primeira etapa da HP é a “análise sócio-histórica”. Seu objetivo é “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (Thompson, 1995, p. 366). Esta fase, de acordo com Thompson, admite vários métodos ou tipos de análise, dependendo dos objetos e circunstâncias particulares da investigação. A segunda fase é a “análise formal ou discursiva”. Seu objetivo é investigar a organização interna das formas simbólicas, discutindo seus padrões e suas relações. Esta fase, assim como a primeira, também admite vários métodos ou tipos de análise. A terceira fase é a “interpretação/reinterpretação”. Seu objetivo é realizar, por construção criativa, uma síntese dos resultados das etapas anteriores – para, assim, projetar um novo significado possível para as formas simbólicas – discutindo, por exemplo, se elas são ideológicas, estabelecendo e sustentando relações de dominação.

Ao estruturar a HP dessa forma, Thompson objetiva escapar daquilo que considera dois equívocos metodológicos muito frequentes nas investigações sociais: as leituras “externalista” e “internalista”. Ambas são, a seu ver, insuficientes para apreender criticamente as formas simbólicas. Afinal, a primeira retira apenas da localização sócio-histórica dessas formas seus significados e implicações, como se seus conteúdos e características estruturais não tivessem “nada a dizer”. A segunda, por sua vez, coloca as formas simbólicas na condição de o “alfa e o ômega” da análise, como se fosse possível retirar “delas mesmas” seu caráter ideológico ou subversivo. Desconsideram,

assim, as relações sociais constitutivas e constituintes dos seus contextos de produção, circulação e recepção – preocupação presente em toda a obra do Thompson.

OS PRESSUPOSTOS SOBRE A NATUREZA DA SOCIEDADE QUE EMBASAM A TEORIA SOCIAL DE THOMPSON

De acordo com Burrell e Morgan (1979), assim como os pressupostos acerca da natureza das ciências sociais, os pressupostos acerca da natureza da sociedade podem ser divididos em duas perspectivas amplas e polarizadas. De um lado, estão aqueles alinhados à corrente da “sociologia da regulação”, centrada na explicação da ordem e do equilíbrio social. De outro, estão aqueles alinhados à corrente da “sociologia da mudança radical”, mais preocupada com os problemas da mudança, do conflito e da coerção. Para os primeiros, o conflito é visto como o produto de desequilíbrios da sociedade – espécie de “patologia social”. Já para os segundos, o conflito é visto como inerente à própria sociedade, intrínseco à sua estrutura. Melhor dizendo, é o motor de toda transformação e, por isso mesmo, uma possibilidade de emancipação.

Aqui, é preciso observar que a adoção de um ou outro modelo de sociedade não está diretamente relacionada, como poderíamos crer num primeiro momento, com a adoção de um determinado modelo de natureza humana, entendida aqui como parte da filosofia da ciência. A dimensão da natureza da

sociedade constitui um item distinto deste último modelo. Assim, podemos conceber que dois teóricos assumam uma mesma concepção de sociedade e, no entanto, diverjam acerca do modelo de ser humano ideal ou vice-versa. Por exemplo, Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia, propõe-se a explicar a ordem social a partir de uma visão fundamentalmente passiva de ser humano. O estruturalismo de Louis Althusser, por sua vez, embora compartilhe em larga medida desta visão de ser humano, alinha-se mais à “sociologia da mudança radical”, dando maior atenção aos modos de dominação que estruturam as sociedades modernas.

Feita esta observação, cabe destacarmos que, diante das diferenças entre a “sociologia da mudança radical” e a “sociologia da regulação”, o enfoque analítico dessas duas correntes é bastante distinto. Os primeiros, uma vez que enxergam no conflito o produto de desequilíbrios da sociedade, focalizam a compreensão de como a sociedade pode se manter coesa. Preocupam-se, portanto, com as forças sociais que a impedem de se esfacelar. Os segundos, uma vez que vêem o conflito como parte constituinte da própria natureza da sociedade, focalizam a necessidade de explicar como se dão esses conflitos, como eles estabelecem e sustentam contradições e modos de dominação. As preocupações de Thompson giram em torno dessa segunda posição.

Prova disso é que, em “Ideologia e Cultura Moderna” (Thompson, 1995), ao elaborar sua conceituação de ideologia para analisar o impacto do desenvolvimento dos meios de comunicação no mundo moderno, recorre à tradição de concepções críticas de ideologia.³ Embora não deixe de enxergar nessa tradição uma série de limitações analíticas, vê nela uma enorme vantagem: diferentemente da tradição de concepções neutras,⁴ essa tradição não tenta domar o conceito de ideologia, mas, pelo contrário, mantém seu caráter negativo. Afinal, de acordo com ele, essa concepção se caracteriza por imputar aos fenômenos caracterizados como ideológicos um criticismo implícito ou sua própria condenação (Thompson, 1995). Assim, para essa concepção, todo fenômeno caracterizado de tal forma é enganador, ilusório e/ou parcial.

Ao seguir essa tradição específica de ideologia, Thompson combate a neutralização do termo. Não o utiliza, portanto, como um conceito meramente descritivo – como “sistema de pensamento”, “sistemas de crenças”, “sistemas simbólicos”. Com isso, ele traz para suas análises uma discussão central para a compreensão dos modos de dominação no mundo moderno: a do entrecruzamento entre sentido e poder. Ao fazer isso, indica sua preocupação com problemas característicos daqueles que adotam uma perspectiva

de sociedade que coloca o conflito como algo estrutural e a mudança como uma possibilidade de emancipação do ser humano.

Além do mais, ao não colocar a ideologia como necessariamente dependente das relações de dominação de classe, mas como uma produção simbólica que pode estabelecer e sustentar diversas formas de dominação – como as de gênero, raça, religião etc. –, Thompson abre sua teoria social à análise dos conflitos simbólicos que não somente aqueles exclusivamente derivados das relações de produção. Assim, podemos dizer que, embora siga a corrente sociológica da mudança-radical, ele afasta-se de dois de seus grandes expoentes: as teorias marxistas e neomarxistas, que atribuem importância central às contradições entre o trabalho e o capital – à luta de classes, portanto. Neste sentido, alinha-se, em alguma medida, tanto às teorias neoweberianas – que colocam a luta entre grupos como um aspecto intrínseco à vida social –, quanto às teorias críticas – que se diferenciam da tradição neomarxista ao rejeitarem a teoria da ditadura do proletariado, bem como a do primado dos determinantes econômicos e de classe sobre todos os outros (Torres, 1997).

AS AMARRAS FEITAS PELA TEORIA SOCIAL DE THOMPSON DAS DUAS DIMENSÕES METATEÓRICAS E SUAS IMPLICAÇÕES ÉTICAS

Até aqui, tratamos dos pressupostos sobre a natureza das ciências sociais, bem como sobre a natureza da sociedade, que embasam a teoria social de Thompson como dimensões metateóricas distintas da sua obra. Agora, pretendemos discutir o modo como ele relaciona essas dimensões na sua teoria social e as implicações éticas decorrentes dessa relação. A fim de fazer um mapeamento metateórico dessa teoria, a Figura 2 localiza-a entre dois eixos, o vertical representa a dimensão da natureza das ciências sociais e o horizontal da dimensão da natureza das sociedades.



Figura 2 – Os alicerces metateóricos da teoria social de John B. Thompson

A primeira coisa a se considerar aqui é que essa relação não pode existir senão de forma problemática. Isto porque, ao assumir uma perspectiva subjetivista das ciências sociais, Thompson só pode abordar a natureza do mundo social de forma indireta. Melhor dizendo, como uma rede de pressupostos e significados compartilhados intersubjetivamente. Afinal, para a perspectiva subjetivista, não podemos conceber uma estrutura subjacente ao mundo social, como se ela existisse independentemente de um observador. Consequentemente, para essa perspectiva, tornam-se estranhas as noções de contradição e conflito estrutural. Isto, contudo, não o impede de assumir um referencial comprometido com a análise dos modos de dominação e com a crítica ao *status quo*, com a superação das desigualdades sociais e com as possibilidades de emancipação.

Para tanto, enfatiza o plano simbólico como elemento chave da crítica radical. Assim, uma das questões básicas que permeiam sua obra é como o sentido se entrecruza com as relações de dominação. Questão que o leva a desenvolver sua própria concepção de ideologia, definida “em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação [grifo do autor]” (Thompson, 1995, p. 79). Concepção que, como observamos na parte anterior, segue a tradição de concepções críticas de ideologia, mas que, diferentemente das elaboradas por Napoleão, Marx e Mannheim,⁵ rechaça a ideia de que toda ideologia seja intrinsecamente ilusória – colocando seu caráter enganador apenas como uma possibilidade contingente (Thompson, 1995). Afinal, trata-se de uma concepção essencialmente política de ideologia – uma vez que traz para o seu âmago a questão do poder – e não epistemológica – uma vez que nada diz acerca da questão da verdade, ou melhor, de como se conhece o mundo social.

Ao assumir uma concepção política e não epistemológica de ideologia, Thompson abre sua teoria social para a crítica das formas ideológicas de dominação sem, no entanto, cair no abstruso debate acerca da “falsa consciência”. Consegue, assim, em alguma medida, compartilhar as preocupações da “sociologia da mudança radical” sem se alinhar ao objetivismo, mas partindo de uma perspectiva subjetivista. Melhor dizendo, consegue assumir uma postura face às ciências sociais a partir dos postulados nominalistas, antipositivistas, voluntaristas e ideográficos ao mesmo tempo em que assume uma visão de sociedade preocupada com os modos de dominação que impedem a emancipação dos agentes sociais.

Ao conceber sua teoria na interface do subjetivismo com a “sociologia da mudança radical”, Thompson assume, conseqüentemente, uma série de compromissos

ético-científicos específicos. Ao alinhar-se ao subjetivismo, coloca o conhecimento científico como um processo fundamentalmente interpretativo e aberto à discussão, mas que se pretende, ao mesmo tempo, um conhecimento correto, não apenas possível ou razoável. Ao alinhar-se à “sociologia da mudança radical”, compromete-se, por sua vez, com o questionamento das desigualdades e assimetrias sociais. Diante disso, a questão que ele se coloca é a seguinte: como apresentar uma interpretação correta sem recorrer ao uso da força, ou seja, sem silenciar possíveis questionamentos e/ou discordâncias? Mais concretamente, existem e, em caso positivo, quais seriam as condições gerais que devem ser preenchidas a fim de justificar uma afirmativa?

De acordo com ele, podemos conceber fundamentalmente três condições gerais. A primeira delas diz respeito ao “princípio de não-imposição”, que diz que “[...] uma interpretação seria justificada somente se ela pudesse ser provada sem ser imposta, isto é, somente se ela pudesse ser provada sob condições que incluíssem a suspensão de relações assimétricas de poder” (Thompson, 1995, p. 411). Ou seja, o conhecimento, para se constituir como conhecimento científico de fato, tem de ser defendido e sustentado, justificado e não imposto. Não pode ser, por exemplo, revelado, ter como fonte o sagrado. Neste caso, podemos dizer que se trataria de um conhecimento místico. O conhecimento científico, pelo contrário, deve, da sua perspectiva, ser público, ou seja, apresentar razões e fundamentações passíveis de serem criticadas e confrontadas.

Aqui, cabe observarmos que este princípio constitui, para Thompson, uma condição necessária, mas não suficiente para que uma afirmativa seja justificada. Afinal, de acordo com ele, esse princípio não pode ser suficiente uma vez que “[...] não nos diz nada a respeito dos critérios específicos que podem ser invocados, os tipos especiais de evidência e argumentação que podem ser usados na tentativa de sustentar ou negar determinada afirmação” (Thompson, 1995, p. 411).

A segunda das condições gerais diz respeito ao “princípio da autorreflexão”, que diz que as interpretações a serem desenvolvidas numa análise social serão justificadas, em princípio, não apenas para os analistas – agentes do campo científico de um modo geral – mas também para os sujeitos que produzem e recebem as formas simbólicas que serão interpretadas. Ou seja, aqui ele nos chama atenção para o fato de que,

ao se trabalhar com um campo objetivo que é também um campo subjetivo, o processo de interpretação está ligado, em princípio, a sujeitos que constituem este campo, e que esta ligação, em tese, pode servir na prática para estimular entre e por estes sujeitos (Thompson, 1995, p. 413).

Isto nos leva a considerar que os resultados de uma análise social podem – o que não quer dizer absolutamente que se trata de uma exigência – implicar a transformação do campo-sujeito sob análise. A interpretação pode, assim, intervir nas próprias circunstanciais sobre as quais ela foi formulada, possibilitando que os agentes sociais reinterpretem uma forma simbólica, questionando e revisando sua avaliação inicial dela. Revisão esta que pode, certamente, levar a um novo entendimento de si e dos outros (Thompson, 1995).

A terceira das condições diz respeito ao “princípio de não-exclusão”, que diz que “uma decisão sobre as instituições específicas ou acordos sociais é justa e merecedora de apoio [se for] uma decisão em que todas as pessoas que estão afetadas pelas instituições ou acordos têm o direito, em princípio, de participar” (Thompson, 1995, p.416). Por esta razão, para Thompson, toda decisão deve incluir, em princípio, as pessoas que habitualmente, nas situações concretas do dia-a-dia, são excluídas, não tendo direito a “voz”. Esse princípio, diferentemente dos outros dois, pretende dar conta não da pergunta: “Essa interpretação é correta?”, mas de uma outra questão levantada pela reflexão crítica: “Essas relações sociais são justas?” Ou seja, ele visa, em alguma medida, atender as exigências éticas impostas pela sua preocupação “com as múltiplas formas de desigualdade e conflito, que permanecem como características generalizadas, explosivas e aparentemente intocáveis no mundo moderno” (Thompson, 1995, p.417).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procurarmos apresentar e analisar os pressupostos metateóricos que embasam a teoria social de Thompson, bem como o modo como ele amarra esses pressupostos e as implicações éticas decorrentes dessa amarra, pretendemos levar a cabo uma discussão mais aprofundada acerca do conjunto de crenças que orientam esse importante modelo teórico. Embora considere essa discussão central para a sua localização no debate teórico social e político contemporâneo, cabe observarmos aqui que, para compreender as tomadas de decisão teórico-metodológicas de Thompson, é preciso também levar em consideração o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção do seu modelo analítico, mais concretamente, o atual campo das ciências humanas europeu e mundial: sua estrutura, lógica, regras, convenções e interesses específicos. Afinal, como diria Pierre Bourdieu (2004), o campo científico exerce sobre os cientistas uma espécie de pressão cruzada geradora de toda uma espécie de série de consequências que se retraduzem por escolhas,

por ausências e presenças que nem sempre são visíveis a uma análise interna, puramente intelectual, da produção científica, mas apenas se considerada a dimensão política dessa produção. Como gostava de dizer, os conflitos epistemológicos – ou metateóricos, se preferirmos – são, inseparavelmente, conflitos políticos (Bourdieu, 2003).

REFERÊNCIAS

- Alves-Mazzoti, A., & Gewandsztnadner, F. (1998). O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira.
- Bourdieu, P. (2003). O campo científico. In Ortiz, R. (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu* (pp. 112-143). São Paulo: Olho D'Água.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J-C., & Passeroan, J-C. (2005). *Ofício de sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Paradigms and organizational analysis*. London: Heineman.
- Guareschi, P. (org.). (2003). *Os construtores da informação. Meios de comunicação, ideologia e ética* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Guba, E. (org.). (1990). *The paradigm dialog*. London: Sage.
- Spink, M., & Frezza, R. (2000) Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In Spink, M. (org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2ª ed.): (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.
- Thompson, J. (1998). A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia. 8. ed. Petrópolis: Vozes.
- Thompson, J. (1995). *Ideologia e cultura moderna. Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa* (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Torres, C. (1997). *Teoria social e educação. Uma crítica das teorias da reprodução cultural e social*. Porto: Afrontamento.

Recebido em: 13/11/2008. Aceito em: 15/12/2009.

Notas:

- 1 A partir daqui, a fim de aliviar o texto, abandonaremos a fórmula “o(a)” e passaremos a adotar o genérico masculino.
- 2 Seguindo Burrell e Morgan (1979), tomamos aqui o positivismo como pressuposto metateórico – como epistemologia, mais exatamente – e não como paradigma, como faz Guba (1990).
- 3 Entre outros autores, desenvolvida por Napoleão, Marx e Mannheim, na sua concepção restrita de ideologia (Thompson, 1995).
- 4 Entre outros autores, desenvolvida por Destutt de Tracy, Lênin, Lukács e Mannheim, na sua formulação geral da concepção total (Thompson, 1995).
- 5 Como destacamos na nota 4, segundo Thompson, os principais autores ligados a essa corrente.

Autores:

Felipe Tavares Paes Lopes – Bacharel em comunicação social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorando em Psicologia Social pela USP e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente realiza estágio doutoral na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Esdras Guerreiro Vasconcellos – Bacharel em Psicologia pela Ludwig Maximilian Universität München, Alemanha. Doutor pela mesma universidade. Atualmente é docente de graduação e pós-graduação em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP). <esdras@interciencias.com.br>

Enviar correspondência para:

Felipe Tavares Paes Lopes
Rua Pedroso Alvarenga, 599 – apto 60
CEP 04531-011, São Paulo, SP, Brasil
E-mail: <ftplopes@yahoo.com.br> ou <ftplopes@usp.br>